

Economistas discutem o perigo da monetização da dívida interna

Publicação

por Vera Saavedra Durão
do Rio

O maior risco para a economia brasileira, no momento, é a monetização da dívida interna — entendida como a transformação do estoque de títulos de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) em papel moeda — cujo volume girado diariamente no "over" já extrapola a casa dos US\$ 60 bilhões.

Esta preocupação do economista e coordenador do Grupo de Análise Conjuntural (GAC), do Instituto de Pesquisas Econômicas (Inpes) do Ipea, órgão da Seplan, foi o motivo da 49ª Reunião Conjuntura do Inpes, ocorrida sexta-feira.

FUGA DE APLICADORES

Os participantes do debate, que reuniu uma dezena de economistas do governo e do setor privado, contando ainda com a presença do coordenador da dívida pública da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Roberto Figueiredo Guimarães, temem pela duração da eficácia da política de juros reais no "over", hoje o único instrumento disponível de política econômica para evitar a fuga dos aplicadores para ativos de risco. Este receio existe em consequência da incerteza do governo quanto ao comportamento futuro da inflação.

O superintendente geral da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) Carlos Von Doellinger, receitou o imobilismo em relação ao "over". No seu entender, "qualquer mexida na atual política de juros pode assustar os aplicadores e isto seria o estopim do descontrole da economia, o começo da hiperinflação", disse.

José Augusto Fernandes, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), não escondeu sua apreensão

quanto ao comportamento da emissão efetiva de cruzados novos no mês passado, que cresceu 43,5%. Ao indagar as razões desta expansão ao representante da STN, este não afastou a hipótese de ser fruto da recompra de títulos da dívida pelo governo.

EMIÇÃO DE PAPEL MOEDA

O crescimento da nova emissão do cruzado novo (papel moeda em circulação), em setembro, em 43,5% no comparativo com agosto, foi considerado um resultado "ruim" pelos analistas da conjuntura, ao considerarem que até agosto este indicador (um dos que sinalizam o comportamento da base monetária) apresentava um bom comportamento.

Dados divulgados no boletim de conjuntura do Inpes, com base na publicação "Brasil-panorama econômico", do Banco Central, informam que a participação da dívida interna líquida do setor público no Produto Interno Bruto (PIB) saltou de 16,9% em 1988 para 21,5%, superando a participação da dívida externa neste indicador macroeconômico. A participação da dívida externa caiu de 25% em 1988, para 20,2% no PIB, este ano.

A expansão da dívida interna líquida do setor público ocorreu principalmente no item referente à dívida mobiliária federal em poder do público (dívida em LFTS), que subiu de 10,7% do PIB, em 1988, para 14,6% em 1989. Sobre a queda do percentual da dívida externa no PIB, o Inpes considera como fatores determinantes a realização do pagamento líquido de parte do principal a alguns credores, a desvalorização das outras moedas fortes frente ao dólar e o progresso de conversão da dívida externa.